



## SETOR DA CONSTRUÇÃO QUER ACESSO ÀS LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BNDES GIRO

GRANDES TOMADORAS DE EMPRÉSTIMO, MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS  
QUEREM USUFRUIR DAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO DO BNDES

PH Freitas/CBIC



(Da esquerda para a direita) Vice-presidente Financeiro da CBIC, Elson Ribeiro e Póvoa; presidente da CBIC, José Carlos Martins, e o chefe do Departamento de Relacionamento Institucional e Gestão do Crédito Rural do BNDES, Carlos Alberto Vianna

Empresários da Indústria da construção chegaram à conclusão de que o motivo das micro, pequenas e médias empresas do setor não conseguirem obter linhas de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) talvez seja pelo fato de a instituição não conhecer como funciona o negócio do setor. Em reunião nesta semana, na sede da Câmara Brasileira da Indústria Imobiliária (CBIC), os membros do Conselho de Administração da entidade decidiram pedir uma audiência com o presidente da instituição, Paulo Rabello de Castro, para tratar do assunto e esclarecer o funcionamento do setor, que precisa de crédito a longo prazo. “Uma das principais características da construção é o financiamento de longo prazo. Se não tiver crédito, o setor não funciona”, destacou o presidente da

CBIC, José Carlos Martins, ao chefe do Departamento de Relacionamento Institucional e Gestão do Crédito Rural do BNDES, Carlos Alberto Vianna Costa, que participou da reunião e apresentou as linhas de produtos e as inovações do Banco, mais especificamente a do BNDES Giro.

Lançado em agosto deste ano, o BNDES Giro é destinado ao capital de giro das empresas e representa melhores condições de *spread*. “É a melhor opção de financiamento na política operacional do banco”, destacou Carlos Costa. Segundo o executivo, o programa possibilita aos agentes financeiros realizarem suas operações numa plataforma totalmente digitalizada, o que garante a redução do prazo de aprovação de alguns dias para apenas 3 segundos, e da remuneração do

PH Freitas/CBIC



Chefe do Departamento de Relacionamento Institucional e Gestão do Crédito Rural do BNDES, Carlos Alberto Vianna

BNDES para 1,5%. Além disso, a liberação de recursos ocorre em D + 1. “A linha de financiamento sai do BNDES para os agentes financeiros com custo de TJLP + 1,5% + o *spread* de risco lançado pelo agente”, observou.

Já foram totalizadas, segundo ele, mais de 1 bilhão de operações aprovadas desde o seu lançamento. Só em setembro deste ano, os desembolsos do BNDES Giro totalizaram R\$ 500 milhões, representando um crescimento de 116% em relação a agosto. No acumulado do ano, os desembolsos do programa cresceram 280%.

Para o líder do Projeto de Acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) da CBIC e presidente do Sinduscon-BA, Carlos Henrique de Oliveira Passos (Sinduscon-BA), no que se refere à área do Mercado Imobiliário, as taxas do BNDES Giro são boas para as grandes incorporadoras, para as demais não. “Talvez seja a hora do banco entender melhor o nosso negócio”, observou. “Às vezes o setor precisa do crédito imobiliário, mas também de crédito para a compra de máquinas para a industrialização, e o banco entende que já financiou 100%”, exemplificou,

mencionando a importância de uma revisão desse entendimento.

Sobre a área de Infraestrutura, o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, reforçou que a operacionalidade da análise inicial do projeto ainda é bastante complicada para as pequenas e médias empresas, em razão do banco não ter condições de analisá-lo, por mais que seja rentável, na modalidade *Project Finance*. Segundo Carlos Eduardo, é justamente essa operação que tem deixado de fora do processo as empresas de infraestrutura. “O olhar para trazer as médias empresas para o jogo tem que ser um olhar que mude o gabarito na operacionalidade do banco”, ressaltou.

A vice-presidente da CBIC e representante da entidade no Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas, Maria Betinha Nascimento Cacho (Betinha), informou que a entidade já pleiteou junto ao fórum, antes do lançamento do programa, a necessidade de retirar o banco privado do processo, utilizando os estatais, e do dinheiro ficar mais barato, já que as empresas do setor são reconhecidas como pagadoras de seus financiamentos em dia, mas não têm acesso ao financiamento pelo BNDES. O fórum é presidido pelo secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, José Ricardo Veiga, e conta com a participação do presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos, que estuda a viabilidade de o Sebrae se tornar avalista das empresas de menor porte.

“A indústria da construção nunca teve acesso ao BNDES. Tenho a impressão de que o banco não conhece o ciclo de incorporação imobiliária”, arrematou o presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC, Celso Petrucci.

## INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO ENXERGA FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

*FINEP CONTA COM PARCERIA DO SETOR PARA CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, À SUSTENTABILIDADE E À INOVAÇÃO NA ENGENHARIA NACIONAL (PAENGE)*

PH Freitas/CBIC



*(Da esquerda para direita) Presidente da Comat/CBIC, Dionyzio Klavdianos; presidente da CBIC, José Carlos Martins; assessor da Diretoria de Inovação da Finep, Manoel Lapa e Silva e vice-presidente da CBIC e presidente do Sinduscon-PR, José Eugenio Souza de Bueno Gizzi*

A inovação é apontada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) como um dos assuntos mais importantes para o futuro, tendo em vista a perspectiva de um Brasil melhor, mas com uma concorrência muito mais acirrada nos negócios e com margem de preços focada em qualidade, o que exigirá mais investimento do setor. “A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) pode nos ajudar com financiamentos para a inovação que estejam aderentes às políticas públicas existentes, como as do Programa Minha Casa, Minha Vida, de saneamento e do Building Information Modeling (BIM)”, destacou o presidente da CBIC, José Carlos Martins, durante reunião do Conselho de Administração da entidade, realizada nesta semana, em Brasília.

O assunto começou a ser tratado no dia 28 de setembro, durante reunião no Rio de Janeiro, onde foi registrado o interesse da Finep, financiadora de investimento, em desenvolver prioritariamente a inovação junto as empresas das áreas de habitação e de infraestrutura. Para isso, está sendo criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento, à Sustentabilidade e à Inovação na Engenharia Nacional (Paenge). “Como é um programa voltado para o setor, queremos ouvir as empresas, para que manifestem o que de fato consideram mais importante”, informou o assessor da Diretoria de Inovação da Finep, Manoel Lapa e Silva.

Pelo Paenge, a Finep selecionará e apoiará projetos que contemplem atividades de pesquisa,

## EM BUSCA DE CRÉDITO PARA SUA OBRA?

Nós temos o seguro DFI Habitacional que possibilita a obtenção de crédito junto ao mercado financeiro.

O Seguro DFI Habitacional do Convênio de Seguros atende à todas as exigências dos bancos e possui as melhores condições do mercado! Nosso seguro é **totalmente sem franquia**, possui **taxas até CINCO VEZES menores** que as praticadas pelos agentes financeiros e pode ser contratado por um **prazo diferente de um ano**.

**CONSULTE-NOS!**

Garantidora: **essor**  
seguros



desenvolvimento, inovação, produção e comercialização de produtos, processos e serviços inovadores, visando ao desenvolvimento de tecnologias nacionais na engenharia civil. O objetivo é aumentar a competitividade da engenharia nacional por meio da pesquisa, do desenvolvimento e da adoção de tecnologias que elevem a produtividade, diminuam os custos e aumentem a qualidade de seus produtos, serviços e processos, além de inserir no mercado materiais, produtos, métodos e sistemas construtivos sustentáveis, ou seja, que contemplem as dimensões social, econômica e ambiental em toda a cadeia produtiva da construção civil.

Segundo Manoel Lapa e Silva, novos instrumentos já foram lançados para o mercado, como os projetos Finep Startup, Finep Conecta e Programa aquisição inovadora: Telecom. Estão previstos

também os projetos de ROADMAP da tecnologia nacional; de Apoio à engenharia e infraestrutura; de Apoio à difusão tecnológica na indústria e o de Inovação em educação, saneamento e agronegócio.

Até o momento, foram selecionadas para o Plaenge as seguintes linhas temáticas: Implantação e aplicações de Tecnologia BIM (Modelagem da Informação da Construção); Impressão 3D em projetos de construção; Aplicativos e sistemas para construção civil; Aproveitamento, reuso, reciclagem ou diminuição da geração de resíduos de obras; Automatização de canteiro de obras; Pesquisa e desenvolvimento de novos materiais para a construção; Tecnologias para aumento da segurança no setor, e Métodos construtivos inovadores.

O vice-presidente da CBIC e presidente do Sinduscon-PR, José Eugenio Souza de Bueno Gizzi, citou alguns serviços da área de concessões e PPPs que poderiam constar nas linhas temáticas do Paenge, como a do controle de peso de cargas nas rodovias, que reduziriam custos e elevariam o número de investimentos. Na área de saneamento, destacou os problemas ocorridos pela falta de recursos, como a questão de energia e de perdas de água tratada.

O presidente da Comissão de Materiais, Tec-

nologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC, Dionyzio Klavdianos, apresentou as sugestões da entidade sobre o BIM; a Norma de Desempenho, e o Roadmap, para dar uma visão do setor da construção.

“Temos um grande interesse em trabalhar apoiando a construção civil como um todo, mercado imobiliário e infraestrutura, com melhor custo e maior tecnologia. O que ainda não está claro nas linhas temáticas do programa, vamos procurar detalhar para que elas apareçam mais claramente”, concluiu o representante da Finep.

## PREPARE-SE: O e-Social ESTÁ CHEGANDO

Assista à palestra de **Gustavo Nicolai**,  
ao vivo aqui no Face, em **31 de outubro**,  
a partir das **10h** (horário de Brasília)

 [facebook.com/cbicbrasil](https://facebook.com/cbicbrasil)

Realização:



**CPRT**  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS





## ALCANCE RESULTADOS CONCRETOS COM AS SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA E GESTÃO DA TOTVS.

Novos tempos e novas demandas exigem o uso de tecnologia no dia a dia. A TOTVS sabe disso e oferece soluções simples, cloud e mobile para sua construtora, que colocam você no controle de projetos e empreendimentos, com:

- Orçamentos precisos
- Gestão de custos eficaz
- Facilidade na gestão de contratos

**Fale com a TOTVS e saiba como nossa tecnologia pode construir valor ao seu negócio.**

**0800 70 98 100**

[www.totvs.com](http://www.totvs.com)

## INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DEFENDE MAIOR PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS NA CONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. EVENTO TAMBÉM DEBATEU A IMPORTÂNCIA DAS PPPS PARA A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

*EXPECTATIVA É MANTER DIÁLOGO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE PARA REVERTER DISTORÇÕES NA AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E CUSTOS*

Jadilson Simões



Autoridades do Executivo e do Judiciário e representantes do setor da construção no Fórum Obras Públicas, Parcerias e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em Aracaju (SE)

Dirigentes e empresários da indústria da construção querem reforçar o diálogo com o governo federal e órgãos de controle para melhorar a execução de obras públicas. Esse foi um dos temas discutidos no Fórum Obras Públicas, Parcerias e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que levou à cidade de Aracaju (SE) cerca de 150 empresários e profissionais do setor. “Nós não hesitaremos em questionar juridicamente o TCU, com embasamentos fortes, caso seja necessário”, afirmou Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC. “Penso que o TCU não é feito para legislar, é um órgão fiscalizador e o que tem feito é criar leis”, acrescentou, vocalizando percepção do setor de que a fiscalização do tribunal desconhece aspectos da atividade da construção.

“Muitos (auditores) já chegam com um espírito criado de procurar erro e emperrar a obra”.

Promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) em correalização com o SENAI Nacional, o evento foi realizado em parceria pela Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário de Sergipe (Ademi/SE), a Associação Sergipana dos Empresários de Obras Públicas e Privadas (ASEOPP) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil em Sergipe (Sinduscon/SE), com o apoio do CREA/SE e do CESE/SE. Na abertura, a CBIC recebeu diversas autoridades, como o governador de Sergipe, Jackson Barreto; o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira; a presidente

Jadilson Simões



Presidente da CBIC, José Carlos Martins

interina do TCE/SE, Susana Azevedo; o presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Luciano Bispo; dirigentes da Caixa Econômica Federal, e representantes das entidades e órgãos públicos em todos os níveis da gestão.

O prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira declarou-se otimista e avisou acreditar na retomada dos investimentos. “E aqueles que se prepararem ao fim da crise terão possibilidades grandes de avanço, as cidades estão crescendo e independente da crise os prefeitos tem que dar respostas cotidianas diante delas.”, disse. Governador de Sergipe, Jackson Barreto entende que a PPP é a alternativa para a administração pública neste momento e citou o exemplo do Estado, que o governo conseguiu a liberação do Ministério dos Transportes, para realizar o processo de parceria para a duplicação do trecho da BR-235 que corta o Estado.

## **DISTORÇÕES QUE GERAM PREJUÍZOS**

Moderador no primeiro painel do Fórum, com o tema “Relação com Fiscalização e Controle nas Obras Públicas – Propostas de aprimoramento”, o presidente da COP foi enfático ao defender uma atuação mais correta dos órgãos de controle, com um melhor entendimento da construção civil. Para ele, a atuação de tais instituições, como o TCU, tem grande importância, mas não

Jadilson Simões



Presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge

pode basear-se em uma visão distorcida. O presidente da ASEOPP, Luciano Franco Barreto, fez uma apresentação detalhada, com tabelas, custos e percentuais, comparando também obras paralisadas e algumas entregues sem qualidade. Ele deu como exemplo a obra do Hospital do Câncer em Sergipe, que o TCU impôs um preço de R\$ 75 milhões, quando a planilha feita pela empresa dele chegava a R\$ 85 milhões. “Ganhou um consórcio com R\$ 59 milhões que em sete meses tinha feito 3% da obra”, disse.

Angélica Petian do escritório advocatício VG&P lembrou que o controle externo é previsto na Constituição Federal, mas muitos órgãos de controle se arvoram de poderes que a Constituição não lhes outorgou. “Se o órgão de controle impõe uma paralisia e gera um maior custo, esse custo que ele impõe é bem maior do que o dano que ele acha que encontrou”, avaliou. José Soares Diniz Neto, Vice-presidente de Edificações Públicas do Sicepot-MG, fez um abordagem sobre a utilização do SINAPI e a importância de um orçamento bem feito usando o sistema. “Não resolve tudo, mas minimiza uma série de problemas à frente.” Sérgio Rodovalho Pereira gerente nacional de padronização e normas técnicas da Caixa disse que a instituição vem empreendendo esforços para conseguir o maior grau de padronização possível entre os ministérios. “O nosso interesse é que a obra seja iniciada e entregue no prazo. Todos os entes do

setor tem que promover esse debate, a gente se expõe, mas entendo que é importante para o que deseja a população,” avaliou.

O Fórum Obras Públicas, Parcerias e Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) também discutiu as modalidades de PPPs e concessões, apontadas como saída para alavancar infraestrutura no país. Presidente da CBIC, José Carlos Martins, afirmou que é preciso preparar-se para o pós-crise, momento que está chegando, dando como exemplo a redução continuada das taxas de juros. “Precisamos nos preparar para a mudança que vai ocorrer, principalmente no setor de investimento, onde os recursos vão migrar”, disse. Para ele, as PPPs passarão a ter importância maior. O Governo Federal, através da Secretária de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPDG) adotará uma série de medidas para tornar mais simples e seguras as concessões e PPPs. O anúncio foi feito por Pedro Maciel Capellupi, da SDI, ao expor no painel “Introdução ao tema das PPPs e Concessões e Programa de Apoio às Concessões Municipais”, destacando o potencial de projetos nos municípios. “É um mercado que não existe e passará a existir para todos vocês”, disse.

Representando a Caixa, André Araújo Oliveira, explicou o papel da caixa no programa de PPPs e concessões, através não só do serviço de assistência técnica e o assessoramento técnico. “A questão de eficiência neste modelo é importante porque se evita vários problemas do modelo anterior”, disse, acrescentando que as prefeituras não terão custos neste programa e a caixa será ressarcida após o leilão, através da empresa vencedora. José Oliveira Júnior, assessor especial do governo de Sergipe como defensor do modelo de PPP fez uma exposição de vários programas que deram certo no país e no mundo, mostrando o amplo leque de possibilidades em várias áreas de atuação.



Secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes

## CRÉDITO IMOBILIÁRIO E MCMV

Os participantes do Fórum também puderam conhecer um panorama atualizado do programa Minha Casa, Minha Vida. secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes prestou contas sobre a execução do programa . Entre as ações implementadas pelo Ministério das Cidades, ela destacou a criação da Faixa 1,5 do PMCMV. “Vamos aumentar essa meta da Faixa 1,5 em 2017. Há um orçamento previsto para a habitação no valor de R\$ 63 bilhões para 2018”, anunciou.

Superintendente Nacional do MCMV na Caixa Econômica Federal, Henrique Marra de Souza, assinalou que o Banco possui o maior ativo do País – R\$ 700 bilhões, dos quais 60% estão destinados ao crédito imobiliário. “Está na missão da Caixa fazer o crédito imobiliário deste País. Porém, a participação do PIB [Produto Interno Bruto] na indústria imobiliária ainda é tímido”, avaliou. De acordo com Mário Nunes, presidente da Ademi/SE, como as dificuldades atingem todos os setores, muitas empresas do mercado imobiliário convivem, atualmente, com outro problema sério: a questão do distrato. “Em Sergipe, notamos que, nos últimos meses, houve uma estabilização no quantitativo de contratos desfeitos, mas o número ainda é grande e assusta os empresários”, afirmou.

## PRIVATIZAR COM EFICIÊNCIA

*NUM DEBATE EM QUE AS IDEIAS MUITAS VEZES SE SOBREPÕEM AOS NÚMEROS, A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS DIVIDE OPINIÕES. MAS ESSE AINDA É O MELHOR CAMINHO*

*FERNANDO VERNALHA é pós-doutor em direito pela Columbia University Law School (NY, USA), professor de direito administrativo, advogado especialista em infraestrutura e Sócio do VGP Advogados*



Até há bem pouco tempo, a palavra privatização era vista como uma espécie de vírus da impopularidade nos debates políticos no Brasil. Embora a percepção popular sobre as vantagens e desvantagens das privatizações venha se renovando — talvez pelo reconhecimento cada vez maior de que os números devem prevalecer em relação às ideias —, ainda continuamos com alguma resistência quando o assunto é a venda de ativos estatais. Pesquisas feitas recentemente têm revelado que o apoio às privatizações ainda divide opiniões (veja-se o levantamento divulgado pelo Instituto Paraná Pesquisas em 4 de setembro sobre a venda da Eletrobras, com 49,3% a favor e 41,07% contra, e da Casa da Moeda, com 37,2% a favor e 57,9% contra. Uma outra pesquisa do mesmo instituto, conduzida em agosto de 2016, mostrou que 60,6% da população era contrária à privatização de empresas, enquanto 33,5% era favorável).

O tema, contudo, vem ganhando a atenção dos governos, seja por razões casuísticas, por sobrevivência fiscal ou pelo objetivo mesmo de buscar meios mais eficientes para a gestão dos ativos estatais. De qualquer forma, há uma agenda para desestatizações em formação nos diversos níveis federados. O movimento é puxado pela proposta do governo federal para a privatização de empresas importantes como a Eletrobras, a Casa da Moeda e o Aeroporto de Congonhas, além de outros 54 ativos, entre vendas e concessões, que compõem o Programa de Parcerias de Investimento (PPI).

Essas iniciativas recolocam uma discussão de fundo sobre as vantagens e desvantagens de um programa mais abrangente de desestatização. Um ponto fundamental dessa análise é a capacidade das privatizações de melhorar a eficiência na gestão das empresas e a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, os ganhos de eficiência e de produtividade das empresas privatizadas vêm sendo diagnosticados historicamente por estudos e levantamentos empíricos, como o relatório *Privatising State-Owned Enterprises*, produzido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). São números que não devem ser desconsiderados no discurso das ideias. Por aqui, tivemos também experiências exitosas, como foi a privatização das telecomunicações.

De todo modo, embora o tema seja complexo e comporte múltiplas análises, há pelo menos dois enfoques relevantes que merecem ser lembrados. Em primeiro lugar, um dado pragmático: no Brasil, muitos desses ativos estão capturados por interesses políticos. Nossas principais empresas

vêm sendo historicamente aparelhadas por indicações de partidos políticos. Isso impõe uma lógica de gestão empresarial fundada não na meritocracia e na racionalidade empresarial, mas no jogo dos interesses partidários. A origem desse problema é evidente e remonta a patologias do sistema eleitoral, em que cargos em empresas estatais são moeda relevante na formação de apoio político aos governos. É verdade que a recente Lei das Estatais pretende contribuir para minimizar a prática das indicações políticas, impondo critérios puramente técnicos para a indicação de diretores e membros dos conselhos de administração. Mas, enquanto os governos tiverem o poder das nomeações, sua origem terá sempre o DNA político.

“Nossas principais empresas vêm sendo historicamente aparelhadas por indicações de partidos políticos”

Uma segunda questão prende-se ao *modus operandi* das estruturas públicas. As entidades públicas são aparelhos naturalmente ineficientes. Isso deriva de um componente fortemente burocrático que assegura controles sobre a atividade administrativa, mas carrega muitos custos ao seu funcionamento. O regime que rege as licitações, as contratações e mesmo a produção das decisões nas empresas estatais impõe-lhe uma burocracia muito mais pesada do que aquela que integra a empresa privada. Assim se passa porque o regime jurídico das empresas e entidades públicas parte de uma premissa de desconfiança na atuação do agente estatal, submetendo-o a um controle de meios, rico em procedimentos e formalidades. Já os sistemas de controle inerentes às empresas privadas costumam orientar-se por uma premissa de confiança, imprimindo controles de resultado à performance de seus executivos. Essas diferenças têm impacto nos custos que esse controle gera sobre o funcionamento da empresa. Por isso, tende a ser muito menos burocrática e onerosa a gestão de uma empresa privada do que a gestão das empresas estatais.

Esses enfoques demonstram que a gestão privada, sob o atual contexto regulatório no Brasil, tenderá a ser mais eficiente do que a pública, entregando serviços melhores a custos mais baixos. Se é assim, privatizar esses ativos pode ser uma alternativa economicamente racional. Arcar com as ineficiências da gestão pública pode valer a pena apenas para as hipóteses de atuações indelegáveis à iniciativa privada, como são as funções estatais imperativas de cobrar tributos e fazer uso da violência. Ou ainda para atuações pontualíssimas em que o Estado deve atuar na forma de empresa para corrigir falhas de mercado. Fora dessas hipóteses, as privatizações, se bem formatadas, serão a opção racional na busca de uma administração pública mais eficiente. É claro que isso dependerá muito da formatação desses programas e, ainda, das condições institucionais instaladas para o controle estatal sobre os serviços desestatizados — o que demandará agências reguladoras autônomas e devidamente aparelhadas para o exercício da regulação e do controle.

Os resistentes às privatizações costumam afirmar que o Estado deve ter cautela em desfazer-se de suas empresas para não se evadir de sua atuação em “setores estratégicos”. A questão é que, se há serviços empresariais que merecem indução ou orientação mais incisiva do Estado, por serem carimbados de “estratégicos”, que assim seja feito por outras vias, como a regulação ou o fomento direto. Estratégicos ou não para o Estado, os entes privados sempre serão aptos a melhor desempenhar essas atividades. Seria economicamente irracional insistir num modelo de Estado empresário quando há vias mais eficientes e eficazes para garantir que aqueles objetivos sejam atingidos.

Privatizar empresas e desestatizar serviços, por isso, não são apenas uma oportunidade de geração de caixa aos governos — tampouco tais ações devem estar orientadas para isso —, mas uma opção inteligente para oferecer maior eficiência e produtividade às empresas e melhorar a qualidade de serviços essenciais à população.

<b>Construção Civil - saldo na geração de vagas com carteira assinada</b> (Saldo = admitidos - desligados)			
Nível geográfico	Setembro/2017	Acumulado jan-set/17	Acumulado em 12 meses (outubro/16 a setembro/17)
<b>Total Brasil</b>	<b>380</b>	<b>-28.107</b>	<b>-200.710</b>
<b>Regiões</b>			
Norte	1.552	-1.136	-17.949
Nordeste	1.111	-8.761	-42.413
Sudeste	-3.410	-30.745	-110.253
Sul	846	3.647	-18.611
Centro Oeste	281	8.888	-11.484
<b>Regiões Metropolitanas</b>			
Belém	144	1.859	455
Fortaleza	199	-1.624	-6.874
Recife	171	-3.226	-8.230
Salvador	-102	-2.126	-6.452
Belo Horizonte	294	2.024	-7.452
Rio de Janeiro	-664	-5.890	-22.238
São Paulo	-1.562	-15.649	-36.681
Curitiba	76	-1.077	-3.870
Porto Alegre	199	1.065	-1.695

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Ministério do Trabalho.  
 Obs.: Dados acumulados de janeiro a setembro e também o acumulado em 12 meses: série com ajustes.

**AGENDA**


**23, 24 e 25 de outubro**  
**INOVAR PARA CONSTRUIR**  
 Local: Maceió-AL



**23 de outubro**  
**ROADSHOW BIM**  
 Local: Sinduscon-AL



**25 de outubro**  
**CONGRESSO CONSTRUINDO O GRANDE ABC**  
 Horário: 08h às 17h  
 Local: Centro Empresarial Pereira Barreto - CEPB  
 Av. Pereira Barreto, 1395 - Paraíso, Santo André - SP



**26 de outubro**  
**SEMINÁRIO DE SST. INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO 2017. IMPLICAÇÕES DA TERCEIRIZAÇÃO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**  
 Local: Auditório do SINDUSCON-DF



**31 de outubro**  
**WORKSHOP TÉCNICO: ÁREAS CONTAMINADAS REGIONAL SANTO ANDRÉ SINDUSCON-SP**  
 Local: Auditório da OAB - 38ª Subseção de Santo André Avenida Portugal, 233 - Centro - Santo André/SP



**31 de outubro**  
**PALESTRA COM TRANSMISSÃO AO VIVO: "A GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO E-SOCIAL"**  
 Horário: a partir das 10h  
 Local: [facebook.com/cbicbrasil](https://www.facebook.com/cbicbrasil)

**EXPEDIENTE:**  
 Presidente da CBIC: José Carlos Martins  
 Equipe de Comunicação:  
 Docia de Oliveira – [coordenacao.comunicacao@cbic.org.br](mailto:coordenacao.comunicacao@cbic.org.br)  
 Ana Rita de Holanda – [jornalista@cbic.org.br](mailto:jornalista@cbic.org.br)  
 Sandra Bezerra – [comunica@cbic.org.br](mailto:comunica@cbic.org.br)  
 Paulo Henrique Freitas de Paula – [arte@cbic.org.br](mailto:arte@cbic.org.br)  
 Carmen Cunha - [redacao@cbic.org.br](mailto:redacao@cbic.org.br)

Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - [marketing@cbic.org.br](mailto:marketing@cbic.org.br)  
 Projeto Gráfico: Radiola  
 Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula  
 Telefone: (61) 3327-1013